

ESPELHOS DE PRÍNCIPE: UMA ANÁLISE COMPARADA DE DOIS HUMANISTAS

Carlos NunesGuimarães¹

RESUMO :O artigo faz uma análise comparada sobre dois textos destacados do gênero *espelhos de príncipes* no Renascimento, escritos por dois humanistas que marcaram sua época, Maquiavel e Erasmo de Roterdã. Estes autores que escreveram seus textos no mesmo período discordam ponto a ponto sobre a forma de governar e do comportamento dos príncipes a quem aconselham. Os textos demonstram a antinomia entre um pensamento idealista e realista da política e serviram de base para análises sobre a política de autores que lhes sucederam.

PALAVRAS-CHAVE:Espelho de Príncipe, Maquiavel, Erasmo, Política, Ética.

ABSTRACT:The article makes a comparative analysis of two prominent texts of the genre mirrors princes in the Renaissance written by two human is tswho marked his time, Machiavelli and Erasmus of Rotterdam. The se authorswho wrote their texts in the same period disagree point to point on the way to govern and behavior of princês Who advise. The texts show the contradiction between idealistic and realistic thinking of politics and formed the basis for analyzes of the authors policy that succeeded.

KEY-WORD : Prince Pirror, Machiavelli , Erasmus , Politics, Ethics

¹ Doutor em Filosofia. Professor da Universidade Estadual da ParaíbaUEPB.

Espelhos de Príncipes

Maquiavel se expressa em seus textos, permitindo compreendê-lo como um humanista e ao mesmo tempo, dirigindo ataques às ideias do humanismo, como identifica Newton Bignotto, (1991, p. 213) sendo uma “verdadeira máquina de guerra contra o humanismo”. É certo que esta afirmação pode ser evidenciada também na sua opção por um gênero literário muito utilizado em seu tempo, os chamados *speculaprin cipum*, gênero abundante na Europa medieval. Muitas vezes chamados “manuais de governo”, os *espelhos* ficaram notabilizados como tratados educacionais e morais dirigidos aos governantes, feitos geralmente por homens de reconhecido saber teórico, teólogos, filósofos, sobretudo o ensinamento ao príncipe para conduzir um governo virtuoso.

Os *espelhos* “marcam o começo do gênero literário medieval e têm exercido influencia incomensurável sobre a teoria e a prática de governo no Ocidente desde que Carlos Magno os adotou como livro-guia”. (VOEGELIN, 1981, p. 71).

Ernest Cassirer (1961) informa que entre os anos 800 a 1700, em torno de mil livros deste gênero foram produzidos na Europa, todos com vistas a orientar o rei como deveria se conduzir. Embora abundante na Idade Média, mesmo reconhecido como gênero literário neste período, é possível reconhecer suas raízes bem antes, desde a antiguidade clássica. Destacados pensadores dirigem aconselhamentos aos ‘príncipes’, procurando influenciá-los quanto aos governos. As cartas de Platão a Dião, de Isócrates a Nicoclés (376 a.C), ou os textos de Sêneca e Cícero, podem ser considerados como exemplos destes textos. Na Idade Média, os *espelhos* ganharam uma nova conotação, se mantêm o mesmo método, porém, alterados os conteúdos, sendo emoldurados no espírito do Cristianismo.

Mas, de que se compõe a instrução do príncipe? Filosofia, artes liberais, certamente, porém o escopo principal dos *espelhos* é o ensinamento sob a égide cristã, tudo com base nas Sagradas Escrituras. Para o Príncipe, a lei divina é fundamental. É a fonte da justiça e do saber. A política não deve ser pensada fora destas balizas. Os autores do universo católico não dispensariam esta influencia sobre os governantes e ao mesmo tempo a propagação dos ensinamentos bíblicos, contribuindo, desta forma, para consolidação dos laços entre a Igreja e o poder temporal, buscando colocar o príncipe sob sua orientação (da Igreja), com destaque para os aspectos morais.

De acordo com a análise de Hahn :

Nesta perspectiva, o gênero é definido pela concepção teocrática das ações políticas pelas quais o governante deveria reconhecer a vontade de Deus, o

que quer dizer que o príncipe deveria ter a certeza ao ocupar o trono, porque era propagador cristão e ponto de equilíbrio em meio às lutas para assegurar a felicidade de seu povo (HAHN , 2006, p. 152).

A respeito de Maquiavel, é possível identificar uma radical mudança provocada pelo texto *O Príncipe*, do secretário florentino, conforme identifica Bignotto, que: “Apesar da aparente prudência com que o secretário escreveu seu tratado, buscando manter a capa da tradição, nele está contido um vigoroso ataque aos seus antecessores e também aos contemporâneos“.Este analista conclui que “Maquiavel utilizou-se dessa via conhecida,e demoliu aquelas crenças construídas e disseminadas acerca da política”(BIGNOTTO,2007,p.57).

A tradição dos *espelhos* adquire maior relevância e prestígio graças à autoridade moral e intelectual do grande erudito, humanista e teólogo Erasmo de Roterdã, que mesmo renovando radicalmente a tradição, mantém com força e intransigência a defesa da moral cristã na política, demarcando assim um campo diferente daquele de Maquiavel em relação a moral do príncipe, como passaremos a ver em seguida.

O Príncipe cristão segundo Erasmo de Roterdã

As dissonâncias sobre formas de abordagens éticas no mundo da política são reveladas pelos *espelhos* e ganham culminância, sobretudo, em uma análise comparada de *O Príncipe*, de Maquiavel, com o texto de Erasmo de Roterdã (1469/1536), *A Educação de Um Príncipe Cristão*, quando este gênero literário atingiu seu esplendor. Apenas três anos separam estas obras. A primeira, de Maquiavel, em 1513, para ser dedicada a Giuliano de Médici, em Florença, a segunda, de Erasmo, em 1516, composto com vistas à orientação do futuro Imperador Carlos V, logo após sua ascensão ao trono de Aragão. Estes textos completamente opostos demonstram que ambos os autores procuram orientar seus destinatários ao enfrentamento dos grandes desafios diante da condução dos negócios de Estado e de suas relações políticas. Ambos refletem a mudança de paradigmas que se registra com o alvorecer da Idade Moderna, sobretudo em relação à moralidade na vida política.

Erasmo, monge holandês, profundamente cristão, não se eximiu de críticas à Igreja Católica e em firmar-se em oposição à Igreja em vários aspectos, sobretudo com relação à educação. O humanista defendia a liberdade de pensamento e de criatividade; discordava que a Igreja enquadrasse a educação em seus limites, que não permitia o desenvolvimento de um pensamento criador. Pela sua ousadia, naquele momento histórico em que a Igreja Católica

mantinha o controle quase completo sobre a vida privada e pública das pessoas, Erasmo foi acusado de inspirar a rebelião de Martinho Lutero, acabou por ser envolvido em infundáveis disputas teológicas e teve seus escritos colocados no *Index librorumprohibitorum*, criado pelo Papa Paulo IV, em 1559, para combater os heréticos. Conhecido como grande educador, Erasmo publicou entre outros textos: *Manual do Cavaleiro Cristão* (1503), sua obra mais famosa *Elogio da Loucura* (1509), *Colóquios Familiares* (1516-1536), *Os Pais Cristãos* (1521), *Preparação para a Morte* (1533) e as obras *Quaerela Pacise Dulce Belluminexpertis*, que manifestam um pacifismo radical e uma forte condenação da guerra.

Erasmo é um profundo renovador e um humanista convicto que está preocupado com o bom governo, não é um mero continuador da tradição dos *espelhos* medievais, mas um reformador. No entanto, sua obra pode ser vista como oposta a de Maquiavel. Assim como o florentino, Erasmo busca com seu conhecimento, apresentar soluções adequadas para os dramáticos acontecimentos de seu tempo. Com muita sinceridade, ambos os autores esboçaram posições diversas que são demonstrativas de duas formas de ver o mundo e seus conflitos. Dois padrões éticos; duas moralidades incompatíveis que podemos definir como idealista e realista.

Erasmo é um homem a frente de seu tempo. Embora reconheça como legítimas as monarquias europeias, preocupa-se em orientá-las para que “as pessoas nascidas para governar sejam educadas para governar com justiça e benevolência, e que o governo do príncipe nunca degenera em opressão”.(PORTO, 2009, p. 272). Prescreve o teólogo humanista, que o príncipe deverá ter sempre o consentimento do povo. O príncipe deve, portanto, agir sempre com vistas aos interesses dos súditos. Erasmo insiste na conduta virtuosa do príncipe, de acordo com Porto, isto decorre do modelo consensual de governo legal, proposto por Erasmo. “Um conjunto de súditos decide submeter-se ao governo de um príncipe e sob a condição estrita de que as ações desde serão dirigidas ao bem comum daqueles (...) é o Estado que aceita o príncipe e não o contrário”. (PORTO, 2009, p. 272).

Conhecer a literatura dos *espelhos* é importante e nos leva a compreender porque Maquiavel optou por este gênero literário e, ao mesmo tempo, o ataca. Os *espelhos* são um meio para demonstrar como os príncipes se comportavam ou deveriam se comportar diante de seus mandos políticos. É importante notar que estes textos tinham como fonte as Escrituras Sagradas, os filósofos e os exemplos da história. Erasmo de Roterdão decorrer de toda sua obra, não economiza citações de Platão e de Aristóteles, faz diversas referências à *Política* do estagirita, mas deixa em relevo em todo o texto que “o modelo de governar deve ser copiado

do próprio Deus e de Cristo que é a um só tempo Deus e homem, cujos ensinamentos também são a principal fonte de instrução”. O autor conclui: “O príncipe é uma espécie de representante de Deus, se ele for um verdadeiro príncipe”. (ERASMO, 2009, p. 246)

Para Erasmo, “o que deve ser profundamente implantado e antes de tudo o mais na mente do príncipe é a melhor compreensão possível de Cristo”. (ERASMO, 2009, p. 309). Por sua vez, para o secretário florentino, o príncipe deve colocar como questão fundamental conhecer as questões da guerra.

Inicia-se dessa forma, uma exposição de pensamentos destes dois destacados autores, que demonstram pelos textos aqui abordados, a compreensão de duas vertentes no campo da religião, da política e da ética, podemos dizer do dever-ser e do ser. Para Erasmo, somente com os preceitos cristãos pode se educar um príncipe para a justiça e que governe sempre buscando a felicidade de seu povo. Erasmo, em seu tratado, registra a moral dominante cristã e demonstra a influência desta sobre o poder secular. É justamente esta questão que maior polêmica provoca sobre Maquiavel e que faz dele um pensador que se distancia de outros humanistas. Com efeito, a discussão sobre ética é uma das marcas divisórias entre o secretário florentino e seus contemporâneos e, mais ainda, é também um fator preponderante sobre o qual se fez repensar toda a teoria política, podemos dizer desde a antiguidade.

O diplomata de Florença não aceita que a moral cristã possa ser conciliada com a política. Um código de ética como o que guiava Erasmo mostrava-se um impedimento para a consecução dos objetivos do príncipe. Maquiavel não pensa que a política pode enclausurar-se numa ética que limite suas perspectivas ou a impeça de realizar ‘grandes coisas’. Erasmo pensava diferente por que subordinava a política à moral cristã. Como sincero cristão, acreditava que se poderia governar com “o rosário nas mãos”².

O problema central desta relação entre moral cristã e realismo político é saber se é possível com *A educação de um príncipe cristão*, sustentar um governo virtuoso paradoxalmente composto de homens que não são dispostos a bondade, conforme compreende Maquiavel, sabendo-se que a manutenção do poder político exige tantas vezes a utilização de recursos como a força ou fraude. Mais ainda, Maquiavel não nega que a violência faz parte do mundo da política, o que para Erasmo é anticristão e antinatural. Afirma o grande humanista e pacifista que o príncipe verdadeiramente cristão:

² Diferentemente de Cosimo de Medici que pronunciou esta famosa frase: Não se governa com os *pater noster* (ou com o rosário nas mãos).

Irá primeiramente ponderar quanta diferença existe entre o homem, criatura nascida para a paz e para a boa vontade, e os animais e bestas selvagens, nascidas para a pilhagem e a guerra, e, além disso, quanta diferença existe entre um homem e um cristão. (ERASMO, 2009, p. 419)

Com efeito, Maquiavel demonstra não desconhecer os valores que imperam em seu tempo e que são aconselhados aos príncipes e afirma: “Quanto é louvável em um príncipe manter a fé e viver com integridade e não com astúcia”. (MAQUIAVEL, 2011, p. 38) Entretanto, no mundo político, estão destinados ao fracasso. Para o segundo secretário da chancelaria de Florença, a grande lição que a história oferece é que os homens que obtiveram sucesso diante de seus Estados, pouco ou nada consideraram a palavra empenhada. Ao contrário, os que enganam vencem diante dos que procedem com lealdade. O Papa Alexandre VI é um exemplo a quem recorre Maquiavel para demonstrar que mesmo no cargo que ocupava, não dispensou a mentira, o engano, a trapaça com seus interlocutores. O chefe da Igreja Católica era mesmo, segundo Maquiavel, um mestre em assegurar promessas e descumpri-las, e o fazia de forma muito eficaz. Seus juramentos eram realizados e logo ele não lhes dava o menor valor, “apesar de tudo sempre lhe aconteceu de enganar, porque conhecia bem esta parte do mundo”. (MAQUIAVEL, 2011, p. 38). Pelos ensinamentos da história colhidos por Maquiavel, o príncipe de Erasmo tem poucas chances de sobrevivência política.

Sobre as criaturas diferentes referidas pelo humanista holandês, umas nascidas para a paz e bem e os animais e bestas selvagens, o secretário florentino confronta esta assertiva. Ao príncipe é mister se comportar como homem e animal. Diz Maquiavel que:

Sabe-se que existem dois modos de combater: um com a lei e outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo dos animais. Mas porque o primeiro muitas vezes não basta, convém que ocorra o segundo: portanto, a um príncipe é necessário saber bem usar o animal e o homem (MAQUIAVEL, 2011, p. 37)

Prossegue Maquiavel, com o exemplo dos antigos:

Isto ensinaram veladamente os autores da antiguidade ao escreverem que Aquiles e muitos outros príncipes daquela época foram confiados ao centauro Quiron para que se educasse e criasse. Isso não quer dizer outra coisa senão que é necessário ter-se por preceptor um ser meio homem e meio animal. (MAQUIAVEL, 2011, p. 38).

Maquiavel propõe que o príncipe tenha concomitante a índole da raposa e do leão (*dellavolpe e delleone*). Ser leão para defender-se dos lobos e raposa para fugir das armadilhas. Certamente que com esta linguagem ele não pensa em aconselhar ao príncipe a ação das bestas em sua brutalidade, mas sim, chama a atenção para o fato de que o príncipe não pode evitar deparar com situações que necessitam identificar e fugir das armadilhas que aparecem na vida política. Ao mesmo tempo, o adverte que neste universo político não se trata com puros de intenção. Isto impõe ao governante estar sempre preparado para agir de acordo com as circunstâncias e as necessidades, o que requer, tantas vezes, a astúcia da raposa e o uso da força do leão.

O romano Cícero, paradigma dos humanistas, reconhece dois caminhos para que o homem faça o mal: pela fraude e ou pela força. De acordo com este filósofo, ambos são bestiais, indignos do homem. A força porque é característica do leão e a fraude que parece pertencer a astúcia da raposa. (CICEROapud SKINNER, 1988, p. 66)

Maquiavel demonstra seu distanciamento do pensamento humanista que teve tamanha importância em sua formação. Seu pensamento foi herdeiro dos humanistas que teve sobre ele inegável influência, todavia, dele se distanciou, atacando seus elementos centrais, especialmente o seu núcleo que é a questão moral. Para estes humanistas e moralistas, seguidores do estóico Cícero, a característica que define o homem é a virtude moral. “Portanto abandonar a virtude não era somente agir de modo irracional; era também abandonar a condição própria de homem e rebaixar-se ao nível dos animais”. (SKINNER, 1998, p. 66)

Maquiavel provoca um choque ao cogitar um preceptor de príncipe meio homem e meio besta (*mezzouomo e mezzobestia*). Com isto, ele desvela, tira o véu da política e mostra um rosto do poder que já foi chamado de ‘demoníaco’. Nenhum outro autor ousou escrever que o príncipe deve ser homem e besta e que a violência e as crueldades devem ser praticadas, quando necessário. Embora Maquiavel reconheça que estes preceitos devem parecer vergonhosos para homens ‘puros’ de consciência. Mas, com efeito, na política não é possível delimitar o terreno próprio da virtude ou do vício. Estes andam tão juntos que não há muros separando-os, antes, parece haver pontes pelas quais os homens trafegam de uma posição para outra. O que pode parecer uma conduta moralmente condenável em dada circunstância pode ser não apenas aceitável, mas recomendável em outra. Maquiavel assevera: “Nunca se deve deixar o mal seguir o seu curso, a pretexto de respeitar o bem, quando este último pode ser facilmente esmagado pelo mal” (MAQUIAVEL, 2011, p. 204)

Mas, nos *espelhos de príncipes* de Maquiavel e Erasmo há uma grande distância em especial se tratando de um ponto crucial no pensamento de ambos: guerra e paz. O secretário Florentino em todo seu arcabouço teórico destaca a necessidade de o príncipe estar sempre preparado para a guerra. O próprio autor compreendeu a importância deste tema e escreveu especificamente um texto a respeito: *A Arte da Guerra*, e ele mesmo organizou um exército para Florença. Por sua vez, Erasmo dedica um capítulo especial de sua obra de aconselhamento ao príncipe, com o tema da guerra, intitulado “Começar a guerra”. Para este humanista católico, não há nada mais reprovável para o príncipe do que começar uma guerra. A guerra é condenável sob todos os aspectos, “a guerra engendra a guerra; de uma pequena nasce uma maior; de uma nascem duas”. Mesmo aquela ‘guerra justa’, aceita pelos cristãos, não convence Erasmo: “Alguns Príncipes enganam a si próprios buscando se convencer que há a guerra justa e que tem uma justa causa para iniciar a sua”. Erasmo se abstém de julgar se há mesmo guerra justa, todavia, questiona “quem não considera justa sua causa”? (ERASMO, 2009, p. 424). Diante da realidade que vive o príncipe, em suas dificuldades de governo e relações com outros Estados, certamente que não lhe faltará pretexto para considerar justo iniciar uma guerra. Erasmo se adianta na defesa, considerando que alguém pode argumentar que não há condenação sobre a guerra justa em referências cristãs como Santo Agostinho, São Bernardo, e mesmo não há condenação em documentos papais sobre a guerra. Mas, logo ele próprio responde:

Toda filosofia de Cristo faz objeção a guerra. Os apóstolos não a aprovam em nenhum lugar e mesmo aqueles santos doutores que supostamente aprovam em uma ou outra passagem, quantas passagens existem em que ele condena e a amaldiçoam?”(ERASMO, 2009, p. 421)

O pacifismo de Erasmo³ é radical, para os negócios de Estado, Maquiavel consideraria até carregado de ingenuidade⁴. Erasmo indica uma série de medidas que o príncipe deve admitir para livrar-se de iniciar uma guerra: Ser fiel no cumprimento dos contratos; o príncipe deve questionar seus próprios direitos, e se a reivindicação destes não trará prejuízos para o mundo: “os homens sábios preferem às vezes, perder uma causa a lutar por ela, porque veem que, ao fazê-lo, o custo será menor”. A glória do príncipe deve ser buscada sem derramamento de sangue nem prejuízo a ninguém. Entre outros males, a guerra arruína

³ ERASMO, *Controla guerra* (QuaerelaPacis, Dulce Belluminexpertis), L’Aquila: Japadre, 1968.

⁴ Não podemos afirmar que Erasmo conheceu a obra de Maquiavel, assim como não existe nenhuma informação que Maquiavel teve contato com a obra erasmiana.

completamente a moralidade, a lei e a religião, disso o príncipe prestará contas diante de Cristo.

Diante do horror engendrado pela guerra, Erasmo condena aqueles príncipes cristãos e mesmo os homens da igreja que dela participam:

Os bispos não se envergonham de frequentar os acampamentos militares; a cruz está lá, o corpo de Cristo está lá, os sacramentos divinos se misturam a esta atividade mais que diabólica. Os símbolos da perfeita caridade são introduzidos nestes conflitos sangrentos. O que é ainda mais absurdo é que Cristo está presente nos dois lados, como se estivesse guerreando contra si mesmo. (ERASMO , 2009,p 424)

Nesta condenação à guerra, Erasmo não se furta a reforçar suas críticas à Igreja:

Atualmente enquanto cada homem busca seu próprio interesse, enquanto os papas e bispos estão preocupados com o poder e a riqueza, enquanto os príncipes se tornam negligentes devido à ambição e a ira, e enquanto todas as pessoas consideram vantajosos se submeterem a eles, estamos todos nos dirigindo precipitadamente para a tempestade tendo como guia a loucura (ERASMO , 2009, p. 426)

É admirável em Erasmo sua obstinação e coragem de aconselhar ao príncipe os caminhos pacíficos de conselhos ‘verdadeiramente’ cristãos, num mundo dominado por guerras, onde sua própria Igreja, como reconhece, estava no campo de batalha levando os símbolos sagrados ‘para os dois lados’. Lembremos que além de *O Príncipe Cristão*, de Erasmo, outro religioso, o Jesuíta Giovanni Botero, também escreve uma obra no mesmo gênero dos *espelhos* dirigida a um príncipe, todavia, teorizando sobre a guerra e mesmo aconselhando o príncipe a empreendê-la⁵.

Da perspectiva maquiaveliana, os aconselhamentos dos *espelhos* são dissonantes com as necessidades reais do governante, pois, acabavam por colocar o príncipe na condição de ineficiente ou diante de um mundo de hipocrisias, ou seja, pregando um discurso cristão e realizando ações bem diferentes quando deparados com *laveritàefettuale delle cose*. Este aspecto fundamental no comportamento do príncipe e sua moral, não passaram despercebidos em Maquiavel que atento às prescrições daqueles manuais assevera:

A um príncipe, portanto, não precisa possuir todas as qualidades (...) mas é necessário parecer possuí-las. Antes teria eu a audácia de afirmar que,

⁵*Della Ragion di Stato*, de Giovanni Botero, publicada em 1583.

possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são úteis; como parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, mas, estar predisposto de ânimo de, precisando não ser, tornar-se o contrário. (MAQUIAVEL, 2011, p. 38).

Prossegue Maquiavel:

Um príncipe e, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são chamados bons, sendo frequentemente necessário para manter o Estado, operar contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. (...) Deve, portanto, o príncipe ter muito cuidado de não deixar escapar de sua boca expressões que não revelem as cinco qualidades acima mencionadas, devendo aparentar a vista e ao ouvido, ser todo piedade, todo fé, toda integridade, toda humanidade, toda religião e não há coisa mais necessária de parecer ter que esta última qualidade. (MAQUIAVEL, 2011, p. 38).

Com efeito, é chocante que um texto do gênero literário dos *espelhos* ensine a dissimulação, a mentira, o engano, a astúcia. Aqui muitos enxergaram as bases do maquiavelismo que teria divorciado, sem possibilidades de reconciliação, a ética da política.

Considerações finais

Erasmus apresenta um código moral diferente do que era praticado em seu momento histórico. Vimos que toda concepção moral de Erasmo está fundamentada no Cristianismo. Mesmo assim, discordava da maneira como a Igreja Católica estava agindo. A sua obra pretendia fazer uma preparação dos homens, em especial dos príncipes, para um código de ética sustentado no compromisso de fazer cumprir os ensinamentos de Cristo e por este caminho construir um mundo de convivência fraterna, de paz e felicidade⁶.

Para Maquiavel, a moral cristã não pode ser conciliada com o universo da política. Um código de ética tal qual exprime o humanismo de Erasmo é fator de impedimento para que a política atinja os seus objetivos. A política tem seus próprios caminhos e não pode ficar circunscrita a uma ética que limite suas ações. Se Erasmo enxerga o contrário desta análise maquiaveliana é por que ele subordina a política à moral cristã, sobretudo, porque acredita na boa natureza humana de homens que podem ser educados para conviver em solidariedade mútua, em trabalhar em benefício da construção do bem coletivo, sob a liderança de um

⁶ Outra tentativa de conciliar os ensinamentos cristãos com a política, criticando a Igreja Católica, foi a de Lutero, que, porém, logo aceitou a necessidade da guerra.

príncipe educado para dirigir um Estado de concórdia e paz sob as bênçãos de Deus. Para Maquiavel, não se governa “com o rosário nas mãos”. A este propósito o autor reconhece que “aquele homem que quiser fazer profissão de bondade entre tantos que são maus, estará construindo sua própria ruína”. E completa esta sentença demonstrando que as circunstâncias no mundo político e a natureza humana inclinada para o mal não permitem uma conduta que seja pré-estabelecida (dever-ser), obediente rigorosamente a critérios do bem, daí ser “necessário, a um príncipe para manter-se, aprender a poder não ser bom, fazendo uso desta faculdade de acordo com a necessidade”. (MAQUIAVEL, 2011, p. 34).

Erasmus procura contribuir para a construção de um Estado de estabilidade e paz e este desiderato é inconcebível com a ausência dos ensinamentos cristãos. A *Educação de um Príncipe Cristão* é a expressão dos *espelhos*, revelador de um pensamento político que será impactado por Maquiavel. O diplomata de Florença também abordará a questão da moral, da religião e sua relação com a política, todavia, numa outra perspectiva, bem diferente daquilo que estava posto pela tradição.

Skinner (1988, p. 65) reconhece que a grande diferença, a revolução mesmo provocada por Maquiavel neste gênero de *espelhos de príncipe*, encontra-se em uma nova interpretação sobre o conceito de *virtù*. Maquiavel não dá a este termo aquele sentido das virtudes cardeais e principescas. Para o secretário florentino, *virtù* é a capacidade de se fazer o necessário para obter os resultados em seus altos objetivos, ou realizar ‘grandes coisas’. E aqui, *virtù* pode se entender, também, como qualidade de flexibilização moral do príncipe. Ou como diz o próprio Maquiavel: “voltar-se em qualquer direção, conforme os ventos da *fortuna* e a variabilidade dos negócios assim o exijam” (MAQUIAVEL, 2011, p. 34).

Por fim, os *espelhos* procuravam mostrar ao príncipe como governar bem. A questão colocada por Maquiavel é o que significa governar bem: cuidar bem dos meios de governar ou preocupar-se com os fins da ação do governante?

Maquiavel é fruto de sua época. Embora suas ideias tenham resistido e guardado grande atualidade diante dos séculos, é fruto do momento que ele vivenciou e das observações do passado. Desta forma, Maquiavel foi homem de ação e observador de valores humanistas, todavia, marcou sua época e a posteridade por apresentar uma nova visão sobre os temas mais caros aos humanistas, inaugurando, assim, uma nova forma de ver a política, a religião, os conflitos, a natureza humana e, sobretudo, a ética.

Erasmus é sincero e fiel aos seus ensinamentos, procura unir a moral cristã a uma prática que deveria ser irrepreensível no príncipe. A arte de governar somente deve se realizar

sob aqueles preceitos. A defesa do pensamento cristão, em Erasmo, difere mesmo de grandes nomes de sua religião, referências da Igreja, como Santo Agostinho e São Tomas de Aquino, sobretudo quando reluta em aceitar a ideia de guerra justa. Isto nos autoriza a dizer que Erasmo também, como Maquiavel, provocou mudanças de conteúdo nos *espelhos*, claro em outra dimensão, mas, propõe um aconselhamento ao príncipe que busque a instauração da paz e empenhe-se este, com a própria vida se for necessário, para harmonizar a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIGNOTTON Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola 1991, p. 213.

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel, o gênio de Florença. IN: *Revista História Viva*. Edição Especial. No. 15. São Paulo: Dueto Editorial, 2007,

CASSIRER, Ernest. *O Mito do Estado*. Lisboa: Publicações Europa-America, 1961, p. 192.

HAHN, Fabio Andrade. *Reflexão da perfeição: Alguns elementos do gênero espelho de príncipe*. IN: VARIA SCIENTIA. Volume 06. Numero 12. Dezembro, 2006, p. 152.

MACHIAVELLI .Tutte le opere storiche, politiche e letterarie. A cura de Alessandro Capata. Edizioni Integrali. Roma : Newton & Comptos Editori, 2011.

PORTO , Walter Costa. (Introdução) A Educação um Príncipe Cristão, de Erasmo de Roterdã. IN: Conselho aos Governantes, Brasília : Senado Federal, 2009.

ROTerdã , Erasmo. Educação de Um Príncipe Cristão. IN: Conselho aos Governantes. Brasília, Senado Federal, 2009.

SKINNER , Quentin. *Maquiavel, Pensamento Político*. Trad., Maria Lúcia Montês. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad., Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

VOEGELIN, Eric. *A Nova Ciência da Política*. Brasília: Editora UnB, 1981